



CARREIRA

STU segue cobrando à reitoria compromisso com a isonomia e valorização profissional

Recentemente a reitoria apresentou à comunidade a minuta que trata dos processos de avaliação e estruturação da carreira PAEPE, formulada pelos grupos de trabalho. O calendário final para os funcionários apresentarem propostas as minutas juntos às CSARHS expirou em 02/10, também era esse o prazo para o Sindicato se manifestar. Já os diretores de Unidades tiveram até ontem (07/10) para se pronunciarem.

O STU aguardava discutir a estrutura da carreira após o processo de retomada da isonomia com a USP, para o qual o próprio reitor José Tadeu Jorge fixou dois anos e não cumpriu o prazo. A isonomia com a USP exigiria reavaliar os enquadramentos, discutir política para o espalhamento na carreira e progressão vertical e horizontal levando em consideração a formação e qualificação dos funcionários (o que em

muitos casos já havia tido reconhecimento em outros momentos).

O STU já encaminhou à reitoria por diversas vezes propostas sobre a carreira, incluindo um projeto global, que incorpora também o questionamento ao caráter autoritário das relações de trabalho na Unicamp e a falta de valorização profissional. A própria reitoria contribui para isso quando fragmenta as discussões, limitando aos diretores de unidades a definição do planejamento estratégico, por exemplo.

Em relação às propostas apresentadas pelo sindicato, a administração da Universidade insiste em afirmar que não recebeu.

Mudar esse processo de discussão da carreira, garantindo respeito profissional e perspectiva de crescimento com valorização do serviço público, demandará um processo de mobilização e discussão coletiva.

CULTURA

8ª Mostra Luta

Começou na semana passada e vai até domingo (11) o "Festival Mostra Luta!" que chega a sua oitava edição em Campinas.

O evento, que foi construído de forma participativa entre coletivos independentes da cidade, tem mostra de filmes, teatro, dança, lançamento de livro, performance, intervenção urbana, exposições de charges e fotografias, apresentações musicais e oficinas.

O objetivo é estimular a produção audiovisual independente, promover a organização, fortalecimento de redes, debates e encontros, além de se constituir enquanto espaço de reivindicação social pelo direito à comunicação popular, livre e anticapitalista.

As atividades são gratuitas e realizadas em espaços culturais e em praças públicas da cidade.

Confira a programação completa em <<http://mostraluta.org/>> e as transmissões via web em <<http://socializandosaberes.net.br/>>.

UNICAMP 50 ANOS

Os trabalhadores cobram reconhecimento

Foram abertas no último dia 5 as comemorações pelos 50 anos da Unicamp. E no próximo dia 26 haverá uma solenidade em homenagem aos 30 anos do Hospital de Clínicas (às 9h30 no auditório V da FCM).

Para o STU, este deveria ser o momento para a Unicamp passar a limpo sua história de universidade fundada pela ditadura e retirar de seus estatutos todo o entulho autoritário deste período num processo estatuinte efetivamente democrático. Também deveria estar em debate a valorização de seus trabalhadores, efetivando a retomada da isonomia salarial com a USP (compromisso de campanha até

agora descumprido pelo reitor) e debatendo uma perspectiva de carreira sem critérios subjetivos.

Por isso, nos 50 anos da Unicamp o STU também apresentará a visão dos trabalhadores sobre este meio século. O sindicato quer debater o elitismo da Universidade, lembrar o papel dos trabalhadores na luta em defesa da educação pública, salientar a importância da luta por uma universidade verdadeiramente democrática (na sua estrutura funcional e no acesso à comunidade) e com transparência de gestão. Já passou da hora de construir uma universidade verdadeiramente aberta à população e que respeite as categorias que aqui trabalham.

DIREITOS

STU encaminha nova denúncia de assédio moral

O STU encaminhou à Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento da Diretoria Geral de Recursos Humanos da Unicamp (DPD/DGRH) denúncia de assédio moral no Colégio Técnico da Unicamp (COTUCA), conforme as definições do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado junto ao Ministério Público do Trabalho no dia 9 de setembro.

Todos os servidores que se sentirem em situação de assédio moral podem procurar o sindicato para verificar as medidas cabíveis.

Câmara avança na privatização nas universidades

O PL 2177/11, aprovado na Câmara dos Deputados, institui o Código Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação. A proposta abre mais portas à privatização do setor público, já que possibilita que qualquer equipamento (laboratório, materiais, instrumentos etc.) possa ser utilizado por empresas privadas ou cedidos a estas. Pior que isso, os funcionários públicos das instituições da área também poderão ser “cedidos” às empresas sob a forma de compartilhamento de mão-de-obra para pesquisa.

O PL é uma forma de legalizar a ação privatista das fundações (na mira do Ministério Público por in-

dícios de peculato e improbidade administrativa em várias dessas empresas). Além de autorizar o sucateamento de equipamentos públicos por empresas privadas e precarizar as relações de trabalho (os servidores vão trabalhar para o mercado sem vínculo e critérios remuneratórios, beneficiando as empresas do dinheiro público pago em salários aos trabalhadores).

O STU está articulando com o SINPAF (Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa Agropecuária e Florestal) a luta contra o projeto no Senado. Também será buscada a ampliação da luta com outras entidades.

Medida Provisória 680/2015 coloca em risco valor da CLT

A Comissão Mista do Congresso Nacional formada para analisar a Medida Provisória 680/2015, aprovou a proposta do governo federal no último dia 1º.

A MP institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O texto coloca a possibilidade de negociações para manutenção de empregos em tempos de crise, autorizando as empresas em dificuldades financeiras a reduzir a jornada e os salários em até 30% (sendo que o governo pagaria, com recursos do FAT, até 15% da redução, mas os trabalhadores podem perder 15% dos salários).

O PPE por si só já é um problema, mas a Comissão ainda avançou para inclusões no texto que ameaçam a legitimidade da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A comissão retirou do texto original as garantias de que acordos coletivos firmados no marco do PPE obrigatoriamente teriam que ser mais benéficos do que as leis relacionadas, e que não poderiam conflitar com a legislação. Ou seja, com isso a comissão formalizou a prevalência do negociado pelo legislado, o que permitirá a sindicatos pelegos negociar até mesmo contra o que está na lei, em prejuízo dos trabalhadores.

INTOLERÂNCIA

Repúdio ao fascismo

Recentemente uma pichação na mureta da escadaria do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp expôs mais um exemplo da onda reacionária que assola o país. Após manifestações pedindo a volta da ditadura militar, a aprovação na Câmara dos Deputados de projetos de lei como o que reduz a maioria penal (PL 171/1993, ainda em tramitação no Senado) e ataques a direitos sociais e tra-

balhistas históricos, num dos ambientes mais abertos ao pensamento crítico na Unicamp foi pichada a frase “Morte aos comunistas da Unicamp, seus parasitas, vão trabalhar”.

A diretoria do STU repudia mais essa manifestação de intolerância e ódio, que, resgatando a repugnante doutrina dos regimes ditatoriais, prega a eliminação de quem defende a democracia e luta contra o capital.

FAMÍLIA

Comissão aprova conceito conservador sobre família

Com 17 votos favoráveis contra cinco, a Comissão Especial da Câmara de Deputados responsável por discutir o Projeto de Lei 6583/13 (o Estatuto da Família) aprovou texto que impõe uma visão conservadora de núcleo familiar, que leva em consideração apenas a relação entre pessoas de sexo oposto, erradicando assim, todas as demais formas de construção afetiva. O PL foi apresentado pelo deputado federal Anderson Ferreira Rodrigues (PR-PE) e está em tramitação desde 2013.

Os cinco votos contrários à medida vieram dos deputados Maria do Rosário (PT/RS), Glauber Braga (PSOL/RJ), Bacelar (PTN/BA), Erika Kokay (PT/DF) e Jô Moraes (PCdoB/MG).

Desde que começou a ser presidida por Eduardo Cunha, a Câmara tem se tornado cada vez mais um instrumento dos setores mais reacionários da sociedade contra os direitos humanos.

Em momentos em que pautas reacionárias ameaçam a liberdade do povo, é necessário que todos e todas se unam para combater este tipo de situação.

O STU defende o Estado laico e acredita que o conceito de família está atrelado ao afeto entre as partes envolvidas numa relação e não fomenta um conceito engajado em perspectivas discriminatórias.

Devolução do imposto sindical

O STU informa que estão em fase de checagem os dados pessoais e bancários dos servidores não sócios celetistas que se cadastraram no site do sindicato até o dia 31 de agosto, para a devolução do valor descontado no salário deste ano a título de imposto sindical. Os dados de vínculo com a Unicamp têm de ser conferidos para envio das informações e liberação do crédito aos bancos.

Mais informações serão divulgadas nos próximos boletins do STU.